



Pedagogy and Theatre of the Oppressed Journal

Vol. 7, Número 1 (2023)

Entrevista com Prof. James Green¹

Realizada virtualmente por Patricia Freitas dos Santos², no dia 25 de setembro de 2022.

O Washington Brazil Office mantém suas atividades até a presente data (agosto de 2023), produzindo conteúdos em língua inglesa abertos ao público em geral. Todas as publicações, incluindo os Brazilian Electoral Bulletin, artigos de opinião, relatórios e podcasts estão disponíveis através do link <https://www.braziloffice.org/>

Gostaria que você começasse explicando como foi o primeiro impulso na criação do *Washington Brazil Office*

Quando Bolsonaro foi eleito, nós juntamos duzentas pessoas na Faculdade de Direito da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, para fundar a Rede Norte-Americana pela Democracia no Brasil (*US Network for Democracy in Brazil*), cuja atuação tinha três características fundamentais: era democrática, descentralizada e apartidária. Nosso objetivo era informar o público norte-americano sobre a realidade brasileira e criar uma relação de solidariedade com os

¹ James Green é Presidente do Washington Brazil Office, Professor de História e Cultura Brasileira na Brown University e foi Presidente da *Brazilian Studies Association* (BRASA) entre 2002 e 2004. Escreveu e co-editou (2002-04) onze livros sobre o Brasil, incluindo *Beyond Carnival: Male Homosexuality in Twentieth-Century Brazil* (Chicago, 2000); *We Cannot Remain Silent: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States* (Duke, 2010); *Exile in Exiles: Herbert Daniel, Gay Brazilian Revolutionary* (Duke 2018); e *Brazil: Five Centuries of Change*, 3rd ed., (Oxford, 2020). No momento, atua como Co-coordenador Nacional da *US Network for Democracy in Brazil*. E-mail: james.green@brown.edu.

² Patricia Freitas dos Santos é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês da Universidade de São Paulo, membro do corpo editorial da revista argentino-brasileira *Teatro Situado* e coordenadora do Grupo de Estudos em Teatro Político (GETEPOL). E-mail: pfreitassantos@yahoo.com.br

movimentos sociais e acadêmicos que, entre outros, estariam ameaçados com o novo governo [de Jair Bolsonaro], além de defender as medidas progressistas conquistadas no processo da democratização pós-ditadura no Brasil. Nessa reunião propomos abrir um escritório em Washington para realizar um trabalho no Congresso. Foi assim que o escritório começou.

Essa atuação no Congresso ligava-se a experiências prévias de brasileiros e brasilianistas estadunidenses no combate à ditadura civil-militar durante as décadas de 1960 e 1970?

Sim. É importante lembrar que, em 1968, Márcio Moreira Alves, deputado pelo MDB no Rio de Janeiro, fez um discurso no congresso brasileiro criticando a tortura no país. Isso não só levou o governo a tentar cassar seu mandato sem sucesso, mas serviu de pretexto para a decretação do AI-5. Ele, então, foi posto na clandestinidade, depois seguiu para o Chile e, lá, começou a organizar um movimento de solidariedade internacional com o Brasil. E uma das coisas que Márcio [Moreira Alves] fez foi ir a Washington para uma reunião com o presidente do Senado, Mike Mansfield, para falar sobre a realidade brasileira e a situação crítica do país. Em 1970, ele retornou para o 2º Congresso da LASA [*Latin American Studies Association*], realizado em Washington, onde fez um discurso em inglês sobre a situação no Brasil, além de mobilizar e reforçar o trabalho dos acadêmicos e ativistas contra a repressão e a ditadura militar. Em 1971, alguns aliados e amigos do Brasil, como Brady Tyson e outros, organizaram junto a Frank Church, um senador democrata de Idaho, uma CPI sobre a ajuda policial dos Estados Unidos ao Brasil. Todas elas foram ações no Congresso: a visita ao presidente do Senado; a presença em Washington em 1970, que reforçava o trabalho que eles queriam fazer para modificar a opinião pública; e a CPI, em 1971, foram as primeiras tentativas de levar a situação política brasileira para dentro do Congresso americano.

Isso me serviu de inspiração, isto é, compreender a tentativa dessas pessoas de fazer um trabalho ao longo dos anos sobre o Brasil no Congresso, mesmo sem que houvesse uma

presença progressista de forma sistemática em Washington. Existiam entidades, institutos, *think tanks*. Havia um centro dedicado ao Brasil em Washington, mais ligado ao PSDB, porém não era realizado um trabalho constante e consistente sobre o Brasil. Portanto, esse foi o nosso objetivo: contratar pessoas que tinham conhecimento sobre o Brasil, que falavam português e entendiam a realidade brasileira para fazer um trabalho de educação no Congresso e de mobilização de deputados.

Podemos dizer, portanto, que o Washington Brazil Office é resultado de um esforço para que a política brasileira fosse debatida por um viés progressista no Congresso dos Estados Unidos?

Sim, essa mobilização já havia sido iniciada em 2016, com o movimento contra o impeachment de Dilma Rousseff. Houve várias atividades de ONGs em Washington junto a brasileiros e brasileiras que moravam em Washington D.C. com o intuito de ir ao Congresso para obter o apoio de congressistas. Quando a ideia do escritório surgiu, entre 2016 e 2018, assim como em 2019, ano em que começamos a angariar fundos para o escritório, já havia várias mobilizações. Mas não existia uma dedicação exclusiva a esse trabalho. Então, nosso esforço era, num primeiro momento, contratar uma pessoa para dedicar-se exclusivamente a isso, que acabou sendo a Juliana de Moraes Pinheiro, nossa primeira diretora executiva. Depois, tínhamos que obter recursos para contratar outra pessoa para ajudá-la. Foi quando Iman Musa Jadallah, que pratica atualmente *advocacy* no Congresso, juntou-se a nós. Posteriormente, Juliana decidiu fazer mestrado na Europa, então contratamos Paulo Abrão, que tinha sido Secretário da Justiça no governo Dilma Rousseff, presidente da Comissão da Anistia e, quando saiu do governo, passou um tempo como Secretário Executivo do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do

Mercosul e depois foi para Washington, onde atuou como Secretário Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos durante quatro anos.

Paulo deu início a algo muito importante: nós devíamos articular sistematicamente nossa relação com a sociedade civil, os movimentos sociais e as ONGs que defendem os direitos humanos, os povos originários, o movimento negro, o movimento LGBTQIA+, enfim, grupos que estão organizados no Brasil. Fizemos um processo sistemático de afiliação desses grupos em nosso escritório justamente para oferecer a eles uma voz, um canal em Washington para articular suas demandas. Isso foi concretizado quando nós levamos dezenove representantes da sociedade civil a Washington para ter vinte reuniões com deputados, senadores, no Departamento de Estado, na OEA, na central sindical AFL-CIO e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Lá, foram transmitidas duas mensagens: a intenção de conscientizar sobre a crise no Brasil e as ameaças de Bolsonaro voltadas ao não reconhecimento das urnas eletrônicas e os resultados das eleições; e afirmar a necessidade de o governo americano imediatamente reconhecer o resultado das eleições, tão logo ele fosse anunciado.

Essas eram mensagens para reforçar uma indicação do governo Biden, que já tinha deixado claro em vários momentos que os Estados Unidos confiavam no sistema democrático brasileiro e que estavam dispostos a reconhecer o resultado das eleições. Foi um recado que deixava claro que não se aceitaria um golpe, como Bolsonaro tentou fazer no dia 7 de setembro de 2022³. O recado foi dado quando Bill Burns, da CIA, estava no Brasil [em 2021], e a informação vazou em 2022. Essa advertência não foi confirmada pelo Departamento de Estado, porque eles afirmaram não comentar sobre as reuniões da CIA com as forças armadas brasileiras, mas a

³ Data em que Bolsonaro convocou seus apoiadores a realizar diversos atos no país a favor de sua reeleição como Presidente. Os atos foram marcados sobretudo pelo tom anti-democrático e anti-lulista, expresso pelos discursos de deslegitimação das urnas eletrônicas nas eleições presidenciais e de não-reconhecimento do resultado das votações, caso Lula saísse vitorioso.

informação que temos é a de que o governo americano disse que não aceitaria um golpe. Mais tarde, o Departamento de Estado repetiu essa mesma informação; a candidata à embaixadora Elizabeth [Frawley] Bagley, em sabatina, reafirmou essa política; e depois, o Departamento de Estado deixou claro sua intenção de reconhecer os resultados eleitorais. Isso é importante porque se trata de uma reivindicação dos movimentos sociais brasileiros, que nós conseguimos concretizar com reuniões em Washington. Essa foi uma maneira que Paulo Abrão encontrou para endossar nosso trabalho.

Quais são as frentes de trabalho do Washington Brazil Office?

Temos três frentes de trabalho: a primeira é a atuação dentro do Congresso, e isso nos levou em outubro do 2022 a mobilizar a escrita de uma carta assinada por 64 deputados dirigida a Biden, que dizia que o governo atual de Bolsonaro estava violando os direitos humanos, atacando a Floresta Amazônica, dentre uma série de atividades contra as quais devemos nos opor, enquanto defensores da democracia e das eleições no Brasil. Esse é um exemplo da influência que temos conseguido com um setor do Congresso com quem estamos trabalhando, que estão conscientes da situação brasileira.

A segunda frente é estabelecer um canal para os movimentos sociais brasileiros, de modo a solidificar uma colaboração internacional, fomentar a influência sobre a política americana no Brasil e procurar meios internacionais de apoio.

A terceira é o *think tank*, isto é, criar um lugar de produção de conhecimento sobre o Brasil. Isso é importante porque há muitos cientistas políticos, sociólogos, antropólogos e historiadores que escrevem sobre o Brasil, mas a maioria não entende isso como uma produção de conhecimento e pesquisa capaz de viabilizar o contato com um público mais amplo, no sentido de atuar como um *public intellectual*, um intelectual público que, a um só tempo, seja acadêmico e

ativista. Nós iniciamos essa ideia do *think tank* em 2022, quando convidamos 12 acadêmicos para integrar o escritório como *Research Fellows* e nos ajudar a produzir semanalmente um boletim em inglês sobre as eleições no Brasil. Eles também foram convidados a participar de um podcast, chamado *Brazil Unfiltered*, cujo objetivo é divulgar informações em inglês sobre a realidade brasileira a partir de uma perspectiva progressista.

Essa terceira frente precisa crescer muito depois das eleições, sobretudo se o Lula for eleito. Caso isso aconteça, precisamos refletir sobre como reorientar nosso trabalho e pensar de quais maneiras podemos influenciar politicamente o Brasil e criar um diálogo entre as pessoas oferecendo visões progressistas sobre o país em âmbito internacional com a colaboração de acadêmicos brasileiros e brasilianistas residentes no Brasil e nos Estados Unidos. Não sabemos exatamente como vamos fazer isso. E em Washington, onde o PSDB teve certa influência, com apelo a setores políticos norte-americanos mais moderados, precisamos concorrer e disputar um espaço político progressista.

Minha função no escritório é a de fundador e Presidente do Conselho Diretivo. Nós fizemos um registro legal de nosso trabalho e eu estou trabalhando intensivamente nestas atividades no momento, porque se trata de uma prioridade na minha vida.

O escritório concedeu o título de membros honorários a cidadãos cujas trajetórias foram marcadas pela luta contra a ditadura brasileira, como Ralph dela Cava, Marcos Arruda, Anivaldo Padilha, Timothy Harding, entre outros que foram seus colegas de militância. Qual o paralelo entre o trabalho de militância dos anos 1970 contra o autoritarismo e o combate travado pelo escritório contra o governo de extrema direita de Bolsonaro?

Por uma situação histórica, eu tinha 22 anos quando eu conheci esse grupo [que hoje em dia de membros honorários do WBO] no *Committee Against Repression in Brazil*, em Washington.

Eu participei com eles em várias atividades, inclusive num ato público na Embaixada Brasileira em 1973. E teve toda uma experiência de morar no Brasil durante a ditadura, participar da esquerda clandestina, do movimento estudantil, ser fundador da ala de esquerda do movimento LGBT, seguir com o ativismo ao longo dos anos e depois optar por uma carreira de brasilianista, por meio da qual tornei-me em um momento Presidente da Associação de Estudos Brasileiros. Depois, fui diretor executivo da Associação e inclusive escrevi meu segundo livro sobre os movimentos de solidariedade entre Brasil e Estados Unidos⁴. Portanto, eu tinha um conhecimento profundo sobre o processo histórico e a ideia de um trabalho de solidariedade fazia parte da minha perspectiva. Inclusive quando o Lula foi eleito, em 2003, eu e Stanley Gacek, um ativista sindical e advogado do *United Food and Commercial Workers International Union*, fundamos a *Brazilian Strategy Network* porque, para nós, a vitória de Lula poderia criar uma agressividade no governo Bush e um atrito entre os dois países. Mas Bush estava muito envolvido com a Guerra do Iraque e não dedicava muita atenção ao Brasil. Além do mais, Lula construiu uma boa relação com os EUA e com o próprio Bush. Dessas experiências anteriores, ficou evidente em 2018 a necessidade de formar um movimento de solidariedade e, por isso, eu lancei a chamada, fiz uma reunião e atuei como Coordenador Nacional do projeto, depois juntou-se a mim Gladys Mitchell-Whaltour, antiga presidente da BRASA, cuja participação eu considerava muito importante.

Sabendo que o público não conhecia essa história, para mim era simbolicamente importante chamar essas pessoas que militavam em solidariedade com o Brasil nos anos 70 para ser membros honorários do conselho como forma de valorizar suas trajetórias, porque temos uma tendência de não valorizar o passado. Além disso, também pretendíamos mostrar uma ligação entre 1969 e momento atual. Ou seja, passamos por um período de dezesseis anos, entre 1969 e

⁴ GREEN, James N. **Apesar de vocês. Oposição à Ditadura Militar Brasileira nos Estados Unidos 1964-1985.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

o final da ditadura, enfrentando uma luta muito grande contra governos autoritários – luta esta que enfrentamos novamente agora. Então, há uma analogia, porque o Brasil está passando por uma crise e o governo de Bolsonaro defende a ditadura militar, a tortura e os torturadores. Era uma maneira de criar analogias e mostrar uma continuidade, uma herança e uma legitimidade em nosso trabalho.

Vocês pensam em produzir boletins também em língua portuguesa?

Não, porque para nós não faz muito sentido. As pessoas têm acesso a muitos outros meios e plataformas de informação no Brasil. O problema é atingir o público americano interessado no Brasil e trabalhar com ele. Estamos no processo de atingi-los. O nosso grande desafio não são os boletins eleitorais, mas o material que iremos produzir depois deles, no próximo ano. O que podemos fazer a partir de nossas limitações? E o que podemos oferecer de diferente do que já existe em inglês para o público? Precisamos descobrir isso e reavaliar tudo depois das eleições. Há uma possibilidade de o escritório não continuar, porque as pessoas podem pensar “pra que serve?”, “estamos com um governo progressista no poder, por que precisamos nos solidarizar com o Brasil?” Isso pode ocorrer. Nesse sentido, faremos todo o possível para assegurar que o WBO se mantenha, com doações e projetos que gerem dinheiro para sustentar nosso trabalho. Mas o grande desafio é criar algo permanente, que tenha uma base financeira forte ou sustentável para poder manter seu projeto e desenvolvê-lo ao longo dos anos. Esse será o grande desafio.

Esse objetivo é partilhado pelas equipes das três frentes de trabalho que formam o escritório?

Sim, na verdade nós queremos expandir nosso trabalho e contratar mais pessoas. Seremos audazes, sempre na contracorrente. Nossa intenção agora é consolidar nosso trabalho. Temos um funcionário responsável pela comunicação que é excelente e faz um trabalho fabuloso, nós queremos seguir assim. Precisamos expandir. Não faltarão acontecimentos no Brasil. Lula terá 20% ou 30% da população contra ele, constituída pelos bolsonaristas, um Congresso de centro-direita controlador, um desafio econômico e, caso consiga ir para o segundo turno das eleições, terá que negociar com doze ou treze partidos interessados em estar no poder. E Lula precisará compor um governo amplo, com muitos desafios, além de enfrentar um setor da população que acredita que ele seja culpado de todas as acusações da Lava-Jato, já que é essa a imagem que a direita tem criado.

Também é importante continuar com o escritório porque as demandas populares precisam ser sistematicamente reafirmadas, né?

Sim, isso pode criar contradições, porque, com o orçamento secreto, a economia do país será muito ameaçada, e todos estão com muitas expectativas de realmente voltar para uma normalidade, com a criação de projetos públicos voltados para a população mais vulnerável. Haverá uma esperança muito grande de que Lula traga resultados rápidos, mas não será tão fácil fazer isso.

Como o escritório tem sido recebido pela população norte-americana?

Eu acho que temos que entender que, infelizmente, são poucos nos Estados Unidos que têm algum conhecimento sobre o Brasil. Mas no Congresso e fora dele as pessoas ficam impressionadas com o nosso trabalho, conforme elas são informadas do que fazemos e da situação política do Brasil. Nesse sentido, as mídias sociais são positivas, porque oferecem

acesso a muita gente, mas as pessoas são inundadas de informação o tempo todo, então é difícil penetrar o público em meio a esse excesso de notícias. Mas eu acho que, em geral, as pessoas são bastante positivas com nosso trabalho.

Eu não diria que nós somos responsáveis pela política do governo Biden, mas nós fizemos muito para reforçá-la, principalmente com a nossa atuação dentro do Congresso. E eu acredito que o público reconhece isso. Creio que podemos dizer que nosso trabalho foi importante, até fundamental para as declarações do governo americano contra a ameaça de golpe. Existe um setor minoritário dentro da esquerda que diz: “será que vocês criam uma imagem positiva da hegemonia norte-americana no Brasil?” ou “Será que vocês não estão fazendo o jogo dos empresários que, na verdade, querem parecer democratas para ter acesso ao pré-sal ou para bloquear a participação da China na economia?”. Acho que não. Existem esses interesses no governo Biden, com os quais eu não concordo necessariamente, mas na questão das eleições temos uma unidade e nós queremos ver quais são os outros pontos em comum entre uma agenda política progressista brasileira e uma possível agenda progressista de alguns setores do Congresso e da sociedade civil norte-americana em relação ao Brasil.

Como você avalia o impacto das suas experiências acadêmicas sobre as atividades do escritório e sobre sua intervenção política?

Eu entrei na academia com a intenção de fazer uma intervenção política. Meu primeiro livro, *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*⁵, foi muito importante para ampliar o conhecimento sobre uma determinada realidade histórica, que influenciava muito o processo atual e um setor da sociedade brasileira. Ele foi escrito para o

⁵ GREEN, James N. **Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

público brasileiro, embora também contribuísse para a minha carreira acadêmica nos Estados Unidos. E teve esse impacto. Conseguimos uma terceira edição vinte anos depois, porque é um livro clássico. Mas era claramente uma intervenção política. A mesma coisa aconteceu com o meu segundo livro. *Apesar de vocês: a oposição à ditadura militar nos Estados Unidos*⁶, porque eu sentia que os brasileiros não sabiam da existência dessa solidariedade, portanto era fundamental informá-los. Foi algo conscientemente escrito para o público brasileiro e, de novo, tive que publicar em inglês por questões acadêmicas, mas era uma contribuição fundamental para o Brasil, e eu acho que o livro ainda é importante nesse sentido.

A minha terceira obra, *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel*,⁷ enfoca a crise dentro da esquerda, dos homossexuais durante a ditadura que enfrentaram a homofobia por setores da esquerda. Meu próximo livro, *Geração 77* [ainda não publicado], será sobre os estudantes de São Paulo que participaram do movimento contra a ditadura nos anos 70. Ele também será uma intervenção política, no sentido de preencher uma lacuna na produção acadêmica sobre o Brasil. A mesma situação se dá com a minha militância, porque eu percebi que existia uma convergência de experiências e de oportunidades, que me permitia ser um dirigente importante nesse processo. Nós precisamos criar laços entre os dois países, isso é crucial, porque enfrentamos internacionalmente uma extrema-direita muito perigosa. Trump, nos Estados Unidos, e Bolsonaro, no Brasil, são parte de um bloco que inclui Putin, Orbán, uma fascista que será eleita agora na Itália, entre outros. Estamos numa luta muito parecida com a dos anos 30 entre a democracia e o fascismo, então este é um momento histórico muito importante. Portanto, na medida do possível, creio que seja fundamental colaborar. Como eu gosto muito da cultura

⁶ GREEN, James N. **Apesar de vocês. Oposição à Ditadura Militar Brasileira nos Estados Unidos 1964-1985.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁷ GREEN, James N. **Revolucionário e gay: A extraordinária vida de Herbert Daniel, pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

brasileira, esse trabalho é algo que me dá muito prazer, sinto que posso fazer alguma diferença.

Por isso, resolvi me dedicar ao Brasil.